



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**Ações e Estratégias da gestão escolar no processo de inclusão.**

**CAROLINA MAGALHÃES  
MONTIJO**

Cavalcante- GO, 28 Novembro de  
2018.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**CAROLINA MAGALHÃES  
MONTIJO**

**Ações e Estratégias no processo de inclusão escolar.**

Monografia apresentada à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – FE/UNB - como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura plena em Pedagogia.

Orientação do Professor Dr<sup>o</sup>. José Vieira de Sousa

Cavalcante-GO, 28 Novembro de  
2018.

## TERMO DE APROVAÇÃO

### Comissão Examinadora:

---

Profº. Drº. José Vieira de Sousa – Presidente  
Faculdade de Educação/PAD/UnB

---

Profa. Cleonice Pereira do Nascimento Bittencourt  
Instituição Universidade de Brasília –  
PPGE/FE/UnB

---

Prof. Carlos Henrique Silva Bittencourt  
Instituição – Universidade de Brasília –  
PPGE/UnB - Suplente

*A minha família por me ajudar sempre.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, pela presença constante em minha vida e nas vidas das pessoas que amo, à orientadora e tutora Cleonice e ao Professor José Vieira, pelo apoio e segurança que me traz e impulsiona a prosseguir, minha mãe e mãezinha pela paciência com que me acalma nos meus momentos de impaciência e desânimo, a minha tia Zelita, que me estimula e me apoia sempre, as minhas irmãs Rita de Cássia, Lidiane e Tathiana pela força com que mutuamente nós apoiamos e nós ajudamos, e em especial minha irmã Monique que sempre me apoia em todos os momentos da minha vida, aos meus filhos Ana Luiza e Fernando e aos meus sobrinhos Luana, Vitoria, Pedro e Isadora por estar sempre presente, entendendo as minhas ausências. A todos meus familiares companheiros de todas as horas, acreditando em meu potencial e me incentivando a crescer.

## RESUMO

A inclusão dos alunos com necessidades especiais passou a ser vista como a melhor maneira de democratizar as oportunidades educacionais. O número de estudantes com algum tipo de necessidade especial cresce a cada ano na rede regular de ensino, mas apesar do avanço, a maioria continua sem ter seus direitos garantidos. O que foi assegurado pela constituição não é ainda suficiente num país que atende precariamente as necessidades básicas de seu povo. A presente pesquisa teve como foco investigar as ações e estratégias da gestão escolar no processo de inclusão e utilizou-se de documentos e leis no que se refere a gestão escolar e inclusão. No entanto, só as leis e a pedagogia não bastam para assegurar a educação como “direito de todos”, as pessoas precisam mudar de atitude frente à deficiência, encontrar outros caminhos para assegurar a todos o direito à educação. Por isso, devemos nos conscientizar de que as limitações impostas pela deficiência não deve ser vista como impedimentos, pois esta visão prejudica o desenvolvimento individual que depende do convívio e da interação com o outro. A aplicação do questionário possibilitou verificar a problemática da pesquisa que é se a escola está preparada para inclusão de alunos com necessidade especiais e se os gestores escolares planejam ações e estratégias que venham a garantir a inclusão destes alunos. Os dados alertam para uma escola com necessidade de ações e estratégias dos gestores escolares, buscando colocar em prática uma educação de qualidade para todos previstas em lei e buscar no Projeto Político Pedagógico proporcionar o direcionamento de toda a equipe escolar.

**Palavras-chaves:** Inclusão, gestão escolar, necessidades especiais.

## ABSTRACT

The inclusion of students with special needs has come to be seen as the best way to democratize educational opportunities. The number of students with some special needs grows every year in the regular education network, but despite the advance, most continue without having their rights guaranteed. What has been ensured by the constitution is not yet sufficient in a country that precariously meets the basic needs of its people. The present research aimed to investigate the actions and strategies of school management in the inclusion process and used documents and laws regarding school management and inclusion. However, only laws and pedagogy are not enough to ensure education as "everyone's right", people need to change their attitude towards disability, find other ways to assure everyone the right to education. Therefore, we must be aware that the limitations imposed by disability should not be seen as impediments, because this vision harms the individual development that depends on the interaction and interaction with the other. The application of the questionnaire made it possible to verify the research problem that is if the school is prepared to include students with special needs and if the school managers plan actions and strategies that will guarantee the inclusion of these students. The data alert to a school with the need for actions and strategies of school managers, seeking to put into practice a quality education for all provided by law and seek in the Political Pedagogical Project to provide the guidance of all school staff.

**Key words:** Inclusion, school management, special needs.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>PPP</b>	Projeto Político Pedagógico
<b>NEE</b>	Necessidades Educativas Especiais
<b>CENESP</b>	Centro Nacional de Educação Especial





## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – gráfico MEC

41

## APRESENTAÇÃO

Partindo do pressuposto de que as escolas não estão preparadas para o processo inclusivo, percebe-se a necessidade de ampliar a compreensão dos princípios que norteiam o processo inclusivo e de analisar os caminhos e as alternativas que tornem possíveis a participação plena das pessoas com necessidades educacionais especiais na vida social, através de ações desenvolvidas pelos gestores escolares.

A legislação brasileira em vigor visa desenvolver as habilidades de alunos com necessidades especiais de forma a possibilitar a integração destes a sociedade. Contudo, observa-se outra realidade em nossas escolas. Para isso é preciso investigar o papel da equipe gestora no processo de inclusão educacional.

É percebida a importância que a gestão escolar assegure a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mas, não é esta a realidade, e a criação de políticas públicas e leis sancionadas não garante sua efetiva aplicação.

Mais do que criar condições para alunos com necessidades especiais, a inclusão é um desafio que implica mudar a escola como um todo, no que diz respeito ao currículo, à avaliação e, principalmente, às atitudes. Assim, objetiva-se neste trabalho compreender a função social dos gestores escolares nos processos de inclusão e reconhecer a necessidade de transformação da escola para que a inclusão aconteça realmente através de ações desenvolvidas pela gestão escolar. A hipótese levantada foi de que a carência de conhecimento a esse respeito nos profissionais de educação, a falta de recursos materiais e humanos e a ausência de um projeto específico de inclusão podem estar causando o antagonismo do que diz a lei e a pedagogia com a realidade da inclusão nas escolas.

A problemática vista após a pesquisa seria o papel da gestão escolar no processo de inclusão educacional.

Diante a pesquisa realizada foi possível entender a importância da equipe gestora escolar nas práticas inclusivas devendo acontecer a partir de um planejamento e organização coletiva. Acredita-se que tal prática deve se romper com o estigma de que o aluno especial não tem condições de aprender como os outros alunos.

Para isso o trabalho da gestão escolar tem papel fundamental pois ela será responsável pela mediação de construção de apoio aos alunos com necessidade especiais, e demais membros da comunidade escolar dando oportunidade ao sujeito de resgatar sua cidadania.

O objetivo desta pesquisa é investigar as ações da equipe gestora no processo de inclusão, investigando o que impede que o processo de inclusão efetivamente aconteça se a legislação e alguns autores orientam para este fim, fundamentados em conceitos teóricos, e pesquisa de campo.

## PARTE I – MEMORIAL

Meu nome é Carolina Magalhães Montijo sou casada, tenho dois filhos, e nasci em Cavalcante /GO.

Ao relembrar meu trajeto escolar e sobre a instituição que cursei, meu primário foi na Escola Municipal Alci Alves Moreira onde iniciei aos 6 anos de idade cursei a educação infantil.

Minha professora de primário foi a Georzélia Gomes da Silva (Tia Zélita), que por sinal é minha tia biológica por parte de mãe. Sim ela foi uma das que mais gostei e gosto até hoje com ela conheci de perto a vida e dedicação de um professor dentro e fora da sala de aula. Confesso que isso as vezes me desmotivou na escolha pela carreira de professor pois ser professor é se dedicar integralmente e se envolver na vida escolar e pessoal de cada sujeito individualmente e infelizmente é uma profissão muito mal remunerada. Georzélia Gomes da Silva é o tipo de professora mãezona seu perfil de ensino é tradicional, mas ela nunca esquecia uma data comemorativa e também nunca desistiu de um aluno por mais problema que ele fosse.

Já no ensino fundamental as mudanças os professores eram rígidos, nem sempre tão preparados mais muito dedicados. A cada fase era uma nova conquista, penso que cada ano que se passava e cada serie que era alcançada se tratava de uma etapa na qual podíamos acreditar que éramos mais respeitados pelo ao menos no que se referia a espaço escolar.

Segundo LIBÂNEO (1990), a pedagogia liberal sustenta a ideia de que a escola tem por função preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais. Isso pressupõe que o indivíduo precisa adaptar-se aos valores e normas vigentes na sociedade de classe, através do desenvolvimento da cultura individual. Devido a essa ênfase no aspecto cultural, as diferenças entre as classes sociais não são consideradas, pois, embora a escola passe a difundir a ideia de igualdade de oportunidades, não leva em conta a desigualdade de condições.

Eu era uma aluna que questionava algumas atitudes da escola e alunos porem na maioria das vezes era podada, pois o aluno deveria sempre concordar com o professor.

Os métodos de avaliação eram tradicionais sempre provas, deveres de casa notas por comportamento. Havia alguns castigos por falta de comportamento ou pôr não aprender as matérias. Se pudesse levaria comigo um pouquinho de cada um, pois cada um tinha sua qualidade em especial. É muito difícil falar do que eu evitaria pois o que motiva alguns desmotiva outros. Pois este Triângulo pedagógico entre professor, aluno e saber depende de uma série de fatores. Mas posso destacar que deveria ser evitado a diferenciação de tratamento no meio educacional em razão do poder econômico de cada sujeito visto que isso sim eu vi demais, e vejo até hoje e que traz desigualdades, traumas, desistências, desmotivação, entre tantos outros fatores responsáveis por divisão de benefícios quem tem mais terá sempre mais e quem tem menos terá cada vez menos.

Assim que saiu o edital do curso de pedagogia no ano de 2013 confesso que não me interessei muito. Na época estava chateada, pois havia aberto um vestibular na cidade de Alto Paraíso para administração pública área na qual me interessava muito na época citada.

O meu pensamento era o seguinte; como já havia me mudado de cidade para cursar administração na cidade de Goiânia, era bolsista e retornei quando engravidei de minha filha Ana Luiza em 2006 e não conclui o curso. O curso de pedagogia a princípio era somente para ter um diploma de graduação, pois hoje o mercado de trabalho cobra que se tenha uma graduação.

A prova de vestibular foi no domingo no ano de 2013. Não estava tão ansiosa ou motivada em prestar vestibular pois de fato acreditava que o curso de pedagogia seria aprender disciplinas de series iniciais e atividades artísticas para confecção de lembranças em datas comemorativas.

Após resultado do vestibular surgiu em mim vários pensamentos, como organizar os estudos a rotina pesada que já levava. No decorrer do curso de pedagogia passei a ter uma nova visão de minha própria realidade da educação de meus filhos dentro e fora do ambiente escolar. Minha maneira de ajudar meus filhos nas atividades escolares teve um novo método. Aprendi a superar alguns traumas que eu mesma não sabia que estavam presos a mim.

Adquiri amizades de verdade no curso de pedagogia com as colegas Luzia, Neide e Lurdes elas sempre me ajudaram, juntas nós tentamos nos ajudar principalmente psicologicamente.

Nestes 4 anos perdi parentes próximos, um cachorro, meu esposo fez cirurgia, meus filhos ficaram doentes, confesso que pensei em desistir, graças a Deus minha irmã Monique e minha Tia Zelita sempre me incentivaram, minha mãe e mãezinha (madrinha) estão sendo peças fundamentais na ajuda com meus filhos. O primeiro ano foi o mais difícil, pois amigos, familiares e marido nunca entendem quando recusamos alguns convites, pois temos que estudar. A rotina de esposa, mãe, funcionária pública e estudante é bem exaustiva.

No ano de 2015 fui promovida no trabalho a Secretária de Controle interno, 2016 a secretaria de administração e atualmente sou secretaria de administração responsável pelo setor de licitações e convênios.

A cada ano minha escolha foi tomando novos rumos hoje na reta final já penso em prestar novo concurso público. Meu pensamento como gestora não mudou, almejo projeto pedagógicos na área de gestão escolar, acredito que para o funcionamento de um bom time temos que ter sempre bons técnicos. Mas para isso é preciso conhecer os problemas de forma mais ampla. Somos educadores a partir do momento em que temos algo a oferecer, somos aprendizes a todo instante. Ser professor é uma profissão, uma arte, um ato de amor que vem me interessando ao longo do curso a cada dia que vejo o quanto ser professor faz – se uma profissão na qual somos responsáveis pelo ser individualmente, e o quanto somos capazes de intervir no futuro de um sujeito.

Este desafio é uma constante em nossas vidas de educadores, quer como pessoas no mundo, quer como profissionais responsáveis socialmente pela concretização do processo educativo

escolar. Além disso, é preciso considerar que o professor aprende, ensinando: ensina aprendendo (Freire, 1999). Há uma reciprocidade no processo de educação, pois “todo trabalho sobre e com seres humanos faz retornar sobre si a humanidade de seu objeto” (TARDIF e LESSARD, 2007, p. 30).

Como diz Gatti (2003, p. 197) os professores não são “seres abstratos ou essencialmente intelectuais”, são pessoas que se encontram imersas em uma “vida grupal na qual partilham uma cultura, derivando seus conhecimentos, valores e atitudes dessas relações com base nas representações constituídas nesse processo que é, ao mesmo tempo, social e intersubjetivo” (ibid)

Se serei professora, e meu perfil só o futuro dirá mais acredito que amor, dedicação, e conhecimento resumem mais que ninguém está profissão.

Ao escrever sobre mim penso sobre o que fui o que vou ser. O futuro é incerto, o curso me trouxe mais dúvidas do que seria uma educação com qualidade quais os caminhos para se aprender ou ensinar.

Acredito hoje que mesmo que pedagogia não me traga o que escolhi ao longo do curso, o concluirei na certeza da riqueza e na diversidade de saberes que o curso me proporcionou, hoje me considero mais humana e capaz de entender as dificuldades humanas no processo de ensino aprendizagem.

Para isso o objetivo do meu trabalho de conclusão é buscar ações e estratégias para inclusão de alunos com necessidade especiais escolares.

## **PARTE II**

**Ações e Estratégias da gestão escolar no processo de inclusão.**

## 1. INTRODUÇÃO

Para Lück (2006 p.35) a Gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, comprometido com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências) de participação e compartilhamento (tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados), autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) e transparência (demonstração pública de seus processos e resultados).

Teoricamente, cabe à administração escolar junto com o poder público, buscar e oferecer condições para que a inclusão aconteça.

O primeiro passo a ser dado é a sensibilização, é olhar a educação de outro jeito, rompendo com o preconceito que ainda hoje influencia a tendência existente de excluir da escola regular os alunos com necessidades educativas especiais, superando assim, as limitações os obstáculos impostos. A conclusão mostra exatamente isso, os projetos específicos de inclusão nas escolas acabariam grande parte dos problemas, pois todas as ações seriam previamente pensadas e organizadas.

Luck (2005) aponta que a cidadania plena é evidenciada quando se estabelecem canais permanentes de participação, iniciativa à organização social e política de uma sociedade, e promove a inclusão social. Os Indivíduos devem ser capazes de programar ações e propiciar parcerias que potencializem equidade de oportunidades de crescimento humano.

Não se muda a escola com um passe de mágica, mas a implementação da escola de qualidade, que é igualitária, justa e acolhedora para todos não é utopia e sim um sonho possível. É preciso ter coragem para fazer o que é certo, apesar das dificuldades e das barreiras que surgem no caminho. Sendo assim, conseguir a inclusão de todos é um grande desafio.

Para isso a escola junto a sua equipe de gestão escolar tem papel fundamental de promover a inclusão de todos. Artigo 58 da LDB 9394/96, onde ressalta que “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades educativas especiais”. Partindo deste princípio, cabe à escola oferecer condições necessárias para que o aluno tenha o atendimento adequado às suas necessidades de aprendizagem.

O objetivo desta pesquisa é investigar o papel da gestão escolar no processo de inclusão educacional, investigando o que impede que o processo de inclusão efetivamente aconteça se a legislação e a pedagogia orientam para este fim.



Gil (2009) acrescenta que o gestor desenvolva estratégias institucionais que respondam às necessidades e situações da aprendizagem. Além de diagnosticar o gestor, deve apresentar alternativas possíveis para uma prática inclusiva do professor e o sucesso à aprendizagem.

Nesse sentido estabelecemos os seguintes objetivos:

## **1.2. OBJETIVOS**

### **1.2.1 GERAL**

- Investigar o papel da gestão escolar no processo de inclusão educacional.

### **1.2.2 ESPECÍFICOS**

- Apresentar o conceito de gestão escolar, educação especial e inclusiva, o papel da escola no processo inclusivo,
- Verificar a visão dos gestores quanto a inclusão e quais as ações e estratégias realizadas pela gestão escolar
- Investigar os documentos institucionais da unidade escolar e os teóricos que contemplam a inclusão;
- Verificar se há ações e estratégias realizadas pela gestão escolar;

## 2. EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Segundo Mantoan (2005), “inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós”. Para ela, a educação inclusiva acolhe todas as pessoas sem exceções.

Portanto, inclusão é atender a todos na escola, incorporar a diversidade sem nenhum tipo de distinção, ou seja, oferecer educação de qualidade para todos.

A educação inclusiva deve ter como ponto de partida o cotidiano: o coletivo, a escola e a classe comum, onde todos os alunos com necessidades educativas, especiais ou não, precisam aprender ter acesso ao conhecimento, à cultura e progredir no aspecto pessoal e social. Portanto, como diz Mrech (1998), a inclusão deve atender ao estudante com necessidades educativas especiais propiciando a ampliação do acesso destes alunos às classes comuns. Como exigir que a sociedade os acolha e respeite se ainda há professores com preconceitos em relação a eles? Essas mudanças devem acontecer nas nossas salas de aula, nossos alunos precisam aprender a conviver com essas diferenças.

É muito importante que nós saibamos para onde caminha a escola e a sala de aula, e para isso devemos conhecer as ações que norteiam a construção do projeto político pedagógico da escola. Sabemos que uma sociedade democrática está pautada pela igualdade de direitos, de oportunidades, e de uma educação de qualidade para todos. Neste contexto, a inclusão aparece como possibilidade de rompermos com os modelos conservadores de escola e nos comprometermos com a construção, mesmo difícil, do redirecionamento dos nossos objetivos, desejos, princípios e de nossas práticas, no sentido de oferecermos um ensino de qualidade para todos, sem exceções. Por isso é necessário ampliar a reflexão e as práticas de Inclusão.

Segundo Agarez (2003), após o Encontro de Salamanca, ocorrido na Espanha em junho de 1994, onde foi reafirmado o direito à educação de cada indivíduo, conforme a Declaração dos Direitos Humanos, e foi proposta a adoção de linhas de ação em educação especial, muito já foi feito, mas é necessário fazer ainda mais. Tal documento tem como princípio norteador a ideia de que:

Todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados...(ONU,1948, p.17-18)

A perspectiva da Inclusão é contrária às práticas de classificar e categorizar os alunos pelo que eles não sabem ou não podem fazer, como muito é feito em nossas salas de aula. A educação deve formar o indivíduo como um todo, desenvolver o pensamento autônomo e o senso crítico. Segundo Agarez (2003), a educação escolar deve ser pensada a partir da ideia de uma formação integral do aluno, conforme suas capacidades e talentos, um ensino participativo, acolhedor e solidário. E para que isso aconteça de forma plena é importante que haja o exercício diário de cooperação, de fraternidade, do reconhecimento e do valor das diferenças. Conforme definido anteriormente, na perspectiva da inclusão as escolas atendem os alunos com necessidades especiais sem discriminar, rotular, sem trabalhar a parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas, para se planejar, para aprender, para avaliar. Os alunos realmente fazem parte do todo, não basta somente colocar este aluno no ensino regular para dizer que a escola é inclusiva e depois excluí-lo na sala de aula por ele ter certas dificuldades como qualquer pessoa pode observar nas escolas de hoje.

Segundo a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994),

O termo necessidades educacionais refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. As escolas têm de encontrar maneiras de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves. (BRASIL, 1994, p. 17-18)

Quanto mais a criança interage espontaneamente com situações diferenciadas, mas ela adquire o genuíno conhecimento, sendo assim, a inclusão é benéfica a todos, pois faz com que as crianças tenham oportunidade de conhecer e conviver com a vida humana em todas as suas dimensões e desafios. Segundo relatório da ONU, todos se beneficiam com a educação inclusiva: “Estudantes com deficiência” aprendem a gostar da diversidade; adquirem experiência direta com a variedade das capacidades humanas; demonstram crescente responsabilidade e melhor aprendizagem através do trabalho em grupo, com outros deficientes ou não; ficam mais bem preparados para a vida adulta em uma sociedade diversificada: entendem que são diferentes, mas não inferiores. “Estudantes sem deficiência” têm acesso a uma gama bem mais ampla de papéis sociais; perdem o medo e o preconceito em relação ao diferente; desenvolvem a cooperação e a tolerância; adquirem senso de responsabilidade e melhoram o rendimento escolar; são melhores preparados para vida adulta porque desde cedo assimilam que as pessoas, as famílias e os espaços sociais não são homogêneos e que as diferenças são enriquecedoras para o ser humano. Eliminar o preconceito e promover uma vida digna a pessoa com deficiência é o grande desafio de todos.

## 2.1 O QUE DIZ A LEI E OS AUTORES: Um breve histórico e legislação

Historicamente, a educação de pessoas com deficiências nasceu de forma solitária, segregada e excludente, como é apontado no texto de Almeida (2006). Ela surgiu com caráter assistencialista e terapêutico pela preocupação de religiosos e filantropos na Europa. No Brasil, segundo a autora, a educação especial teve início no século XIX com a organização de serviços para atendimento a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos. Já a inclusão da “educação de deficientes”, da “educação dos excepcionais” ou da “educação especial” na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX. Foi tradicionalmente criada para atender crianças e adolescentes com deficiência mental, visual, auditiva, física e motor, além daqueles que apresentam condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos e psiquiátricos, bem como aqueles que apresentam altas habilidades e superdotação.

Na primeira metade do século XX, portanto, até 1950, havia quarenta estabelecimentos de ensino regular mantido pelo poder público, sendo um federal e os demais estaduais, que prestavam algum tipo de atendimento escolar especial a deficientes mentais. Ainda catorze estabelecimentos de ensino regular, dos quais um federal, nove estaduais e quatro particulares atendiam também alunos com outras deficiências. (MAZZOTTA, 2003, p.31 apud ALMEIDA, 2006, p.23)

A década de 70 teve como marco a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) que tinha como objetivo definir as metas governamentais específicas para ela, promovendo assim, uma ação política mais efetiva, com o intuito de organizar o que se vinha realizando precariamente na sociedade: escolas, instituições para o ensino especializado e formação para o trabalho (integrado ou não ao ensino regular). Muitas pessoas ainda entendem a Educação Especial como uma modalidade de ensino que substitui o ensino regular, voltada única e exclusivamente para a criança com necessidades especiais, ou seja, uma criança com Síndrome de Down, por exemplo, passaria a infância e a adolescência em uma escola especializada, convivendo apenas com seus pares, recebendo conteúdos escolares adaptados e terapias.

No Brasil, a Constituição da República Federativa de 1988 assumiu, formalmente, os mesmos princípios postos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que assegura às pessoas com deficiências os mesmos direitos “à liberdade, a uma vida digna, à educação fundamental, ao desenvolvimento pessoal e social e a livre participação na vida e na comunidade” (2004, p. 15 e 18 – MEC). A Constituição Federal assegura que a educação é direito de todos e dever do Estado e da Família e que será ministrada com base em vários princípios, dentre os quais

a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Arts. 205 e 206). Em seu artigo 208, inciso III determina que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino”. Em março de 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, na qual foi proclamada a Declaração de Jomtien, onde os países relembram que “a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro”. Declaram, também, entender que a educação é de fundamental importância para o desenvolvimento das pessoas e das sociedades, sendo um elemento que “pode contribuir para conquistar um mundo mais sadio, mais próspero e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional”.

Ao assinar a Declaração de Jomtien, o Brasil assumiu o compromisso de erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental no país. Segundo Almeida (2008), até o início dos anos 80, existiam no Brasil dois sistemas de ensino: um para a educação regular destinado a atender alunos tidos como “normais”, e outro para a educação especial, destinado especificamente a atender alunos com necessidades educacionais especiais, ou seja, os “deficientes”. A partir de 1994, durante um congresso na cidade de Salamanca, na Espanha, surgiu o conceito de unificação desses dois sistemas, portanto, educação especial e educação regular passaram a ser encaradas como único sistema. Com isso, alunos com necessidades educacionais especiais deveriam frequentar a sala de aula, junto com os demais alunos do ensino regular.

A legislação atualmente vigente e os documentos oficiais fazem menções explícitas à Declaração de Salamanca, na qual se lê:

**[...]Reafirmando** o direito de todas as pessoas à educação conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e renovando o empenho da comunidade mundial, na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, de 1990, de garantir esse direito a todos, independentemente de suas diferenças particulares; **Recordando** as diversas declarações das Nações Unidas, que culminaram nas Normas Uniformes sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência, nas quais os Estados são instados a garantir que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educativo [...]. Cremos e proclamamos que:

- todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental à educação e que a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos;

- cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios;
- os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades;
- as escolas comuns, com essa orientação integradora representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar educação para todos; além disso proporcionam uma educação efetiva á maioria das crianças e melhoram a eficiência e, certamente, a relação custo – benefício de todo sistema educativo. (BRASIL, 1994, p. 9-10)

A legislação mais recente sobre o assunto é a Convenção da Guatemala. O documento, promulgado no Brasil por meio de decreto de 2001, reafirma que as pessoas com deficiências têm os mesmos direitos e liberdades que as demais, proibindo qualquer tipo de diferenciação, exclusão ou restrição baseada na deficiência das pessoas. Sendo assim, mantê-las fora do ensino regular é considerado exclusão e crime.

Passados oito anos de intensa discussão no Congresso, sanciona-se pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394, em 20 de dezembro de 1996. A nova LDB, diferente dos textos anteriores, dedica um capítulo específico à Educação Especial nos artigos 58, 59 e 60, reafirmando a preferência do atendimento as pessoas com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, os deveres do Estado e da educação pública.

A LDB/96 (Leis Diretrizes e Bases) entende a Educação Especial como uma “(...) modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (Art58). Embasada na LDB/96, Claudia Dutra (2003), secretária de Educação Especial do MEC, reforça que “todas as crianças que estão nas escolas especiais têm o direito constitucional de entrar no ensino regular, em turmas condizentes com sua idade”. (DUTRA, 2004, p.7, Saberes e Práticas da Inclusão 1)

Hoje, podemos afirmar que a Educação Especial é entendida como modalidade de ensino que tem como objetivo quebrar as barreiras que impedem a criança de exercer a sua cidadania. O atendimento educacional especializado é apenas um complemento da escolarização, e não substituto.

Carvalho (2000) indica caminhos para a compreensão em relação ao especial, ou seja, pensar no especial da educação é mais sensato do que atribuir esta característica de especial ao

aluno. Portanto a escola deve trabalhar a desvantagem que o aluno tem e não simplesmente enfatizar sua deficiência. O documento Diretrizes Nacionais para a Educação do Ministério da Educação (SEESP) em 2001, nos alerta que, com a adoção do conceito de “necessidades educacionais especiais firma-se o compromisso com uma nova abordagem que tem como horizonte a Inclusão” (BRASIL, 2001, p.53) O conceito “educando com necessidades educacionais especiais” abarca hoje, pelo art. 5º, da resolução n. 02/2001, os alunos que durante o processo educacional apresentarem:

I- dificuldade acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem no processo de desenvolvimento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; II- crianças com dificuldades de comunicações e sinalização diferenciada dos demais alunos, demandando a utilização de diferentes formas de linguagens; III- altas habilidades / superdotação e grande facilidade de aprendizagem. (BRASIL,2001)

Sendo assim, nessa nova proposta, que tem como objetivo a inclusão, a Educação Especial passa a atender a uma gama bem maior de casos. Não estão envolvidos nelas apenas os estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem relacionadas às condições, disfunções, limitações e deficiências, mas também crianças com dislexia, problemas de atenção ou emocionais, de memória e também os devidos a fatores socioeconômicos, além dos casos de superdotação ou altas habilidades.

Entendida a lei, a discussão deve ser sobre a qualidade da educação para todos e não só para crianças com deficiência. A inclusão faz parte de um grande movimento pela melhoria do ensino. Conforme Pàez (2003) na educação inclusiva não devemos esperar que a pessoa com deficiência se adapte à escola, mas que está se transforme para que possa possibilitar a inserção daquela. Diante de um cenário educacional problemático, como é nos dias atuais, precisamos incluir gradualmente novos elementos que atendam e valorizem a diversidade, construindo assim, um processo educacional onde alunos com necessidades educacionais especiais possam se sentir parte importante integrante desse sistema de ensino. “A educação, em sentido amplo, melhora sempre a qualidade da vida humana. Ninguém, por severas que sejam suas dificuldades, deve ficar excluído do direito de educar-se.” (PÀEZ, 2003: p.18)

Apesar de sabermos que é “direito de todos” serem percebidos com igualdade de valor, precisamos tomar o cuidado e identificarmos um modo mais seguro de assegurar que esses direitos teoricamente atendidos não continuem a ser violados na prática. Isso implica o reconhecimento e o atendimento as suas necessidades, no caso, as educacionais especiais, que por sinal hoje ainda estamos longe de alcançar este objetivo plenamente, ou seja, oferecer a todos, acesso, ingresso e

permanência nas escolas, pois como afirma Laplane (2004), a fraqueza do discurso de que a inclusão representa uma melhor solução para alunos, professores, pais e sociedade:

reside no fato de que em certo momento o discurso contradiz a realidade educacional brasileira, caracterizada por classes superlotadas, instalações físicas insuficientes, quadros docentes cuja formação deixa a desejar. (LAPLANE, 2004, p.18).

A inclusão dos alunos com necessidades especiais deve ser vista pelo gestor escolar como a melhor maneira de democratizar as oportunidades educacionais. O número de estudantes com algum tipo de necessidade especial cresce a cada ano na rede regular de ensino, mas apesar do avanço, a maioria continua sem ter seus direitos garantidos por falta de ações e estratégias desenvolvidas por seus gestores. O que foi assegurado pela constituição não é ainda suficiente num país que atende precariamente as necessidades básicas de seu povo.

No entanto, só as leis e a pedagogia não bastam para assegurar a educação como direito de todos, as pessoas precisam mudar de atitude frente à deficiência, encontrar outros caminhos para assegurar a todos o direito à educação. Por isso, devemos nos conscientizar de que as limitações impostas pela deficiência não devem ser vistas como impedimentos, pois esta visão prejudica o desenvolvimento individual que depende do convívio e da interação com o outro.

Páez (2003) vai além e mostra que todas as escolas, independente do seu nível ou modalidade, deveriam preparar cidadãos aptos a uma vida “normalizada” e plena, mas nem os pais nem os profissionais da área encaram essa realidade de frente.

A autora enfatiza a realidade gritante de nossas escolas, crianças colocadas à margem da sociedade acabam se sentindo peixes fora d’água em escolas mal preparadas para incluí-los.

Para tanto o gestor escolar tem o papel fundamental de criar ações e estratégias que visem incluir alunos com necessidades especiais no ambiente escolar.



## 2.2 O PAPEL DA ESCOLA NO PROCESSO INCLUSIVO

A partir de 1988, com a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Base da Educação LDB – 9397/96, mudanças ocorrerem nos acessos especiais e na inclusão desses estudantes em classes comuns. “Assegurarão aos educandos com necessidades especiais, currículo, método, técnica, recursos educativos e organização específica para atender às necessidades” (BRASIL, 1996, p.44)

A década de 70 teve como marco a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) que tinha como objetivo definir as metas governamentais específicas para ela, promovendo assim, uma ação política mais efetiva, com o intuito de organizar o que se vinha realizando precariamente na sociedade: escolas, instituições para o ensino especializado e formação para o trabalho (integrado ou não ao ensino regular). Muitas pessoas ainda entendem a Educação Especial como uma modalidade de ensino que substitui o ensino regular, voltada única e exclusivamente para a criança com necessidades especiais, ou seja, uma criança com Síndrome de Down, por exemplo, passaria a infância e a adolescência em uma escola especializada, convivendo apenas com seus pares, recebendo conteúdos escolares adaptados e terapias.

No Brasil, a Constituição da República Federativa de 1988 assumiu, formalmente, os mesmos princípios postos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que assegura às pessoas com necessidade especiais os mesmos direitos à liberdade, a uma vida digna, à educação fundamental, ao desenvolvimento pessoal e social e a livre participação na vida e na comunidade” (2004, p. 15 e 18 – MEC). A Constituição Federal assegura que a educação é direito de todos e dever do Estado e da Família e que será ministrada com base em vários princípios, dentre os quais a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Arts. 205 e 206). Em seu artigo 208, inciso III determina que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino”. Em março de 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, na qual foi proclamada a Declaração de Jomtien, onde os países relembram que “a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro”. Declaram, também, entender que a educação é de fundamental importância para o

### 2.3. Gestão Escolar

A gestão escolar relaciona-se a uma atuação que foca em promover a organização, mobilização e articulação das condições essenciais para garantir o avanço do processo sócio educacional das instituições de ensino e possibilitar que elas promovam o aprendizado dos estudantes de forma efetiva.

De acordo com Luck (2006, p.21) Uma forma de conceituar gestão é vê-la como um processo de mobilização de competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos de sua unidade de trabalho, no caso, os objetivos educacionais.

A gestão escolar dos sistemas de ensino e de suas escolas constitui uma dimensão e um enfoque de atuação na estruturação organizada e orientação da ação educacional que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições estruturais, funcionais, materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos sócio educacionais como nos explica Luck (2010, p. 26).

A autora ainda afirma que para que esse processo venha a ocorrer é de extrema importância que toda a equipe escolar tenha consciência e entendimento do processo e da rotina de toda a escola, sempre envolvendo e destacando os princípios, as estratégias que norteiam a gestão. Para isso é preciso envolver toda a comunidade escolar levantando as problemáticas da rotina escolar e criar métodos de resolução através de ações participativas

A gestão escolar deve estimular a capacidade crítica e reflexiva dos professores, de modo que percebam que a escola, como instituição social, está inserida em contextos de desigualdades e injustiças que precisam ser modificados. O professor precisa estar instrumentado a promover a educação com o sentido de formação e não meramente apenas como transmissão de conhecimentos.

Para que a inclusão aconteça efetivamente é necessário alterar o direcionamento do currículo e das metodologias e estabelecer apoio efetivo ao professor, sem isso, as escolas não respondem ao compromisso com o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais.

O primeiro passo a ser dado em direção a escola inclusiva é sensibilizar todos colaboradores da escola. É muito importante também sensibilizar os pais e/ou responsáveis, sobretudo os que possuem crianças não deficientes.

Todos, comunidade escolar e gestão escolar, devem desempenhar um papel ativo no processo de inclusão, pois o projeto pedagógico para diversidade se constitui em um grande desafio para o sistema educativo como um todo e deve pensar a aprendizagem não apenas na dimensão individual, mas de forma coletiva, manifesta nas formas de interação entre pessoas, escola, família e comunidade.

### **3.PERCURSO METODOLÓGICO**

A presente pesquisa investigou o papel da gestão escolar no processo de inclusão educacional na tentativa de compreender como acontece a inclusão e se há ações realizadas pela equipe gestora que garantam o direito a educação dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Tem como objetivo investigar o papel da gestão escolar no processo de inclusão educacional e verificar se há ações e estratégias que incluam o aluno com necessidades especiais ao convívio escolar, segundo o previsto no Projeto Político Pedagógico e com leis previstas que asseguram o direito a educação inclusiva para todos.

Para discorrer a esse respeito a busca por referenciais se fez necessário então foi pesquisado documentos como: Projeto Político Pedagógico (PPP) de escola do município, além de documentos do Ministério da Educação e Cultura (MEC), da Organização das Nações Unidas (ONU) assim como outras referências sobre o tema.

Utilizou -se o método de pesquisa qualitativa, de coleta de dados a partir da aplicação de questionário junto a gestão escolar para se obter respostas sobre as ações realizadas pela mesma até a presente data.

Segundo Godoy (1995) afirma que se deve levar em conta o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave e exige uma maior preocupação a interpretação de fenômenos e a atribuição de resultados. Para o referido autor os procedimentos metodológicos requerem observações, aplicação de questionários, entrevistas e análise de dados representada de forma descrita.

O instrumento utilizado nesta pesquisa foi o questionário (Apêndice 1) aplicado a equipe gestora participação especial do Secretário de Educação do município.

#### **3.1 CONTEXTO DA PESQUISA**

Esta pesquisa foi desenvolvida em escola no município de Cavalcante no centro da cidade na qual oferta educação básica em nível de ensino fundamental de 1º ao 5º ano e na modalidade EJA (Educação de Jovens e adultos) de 1º ao 6º ano e tem aproximadamente 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) alunos sendo 15 (quinze) alunos desse total com necessidades especiais educacionais. A pesquisa utilizou-se de

referenciais teóricos, Projeto Político Pedagógico (PPP) de escola do município, além de documentos do Ministério da Educação e Cultura (MEC), da Organização das Nações Unidas (ONU). Foi proposto a equipe gestora e ao secretário de Educação da escola municipal a participação na pesquisa, e todos assinaram o termo de livre esclarecimento.

A pesquisa contou com a participação da gestão escolar como sujeitos da pesquisa: equipe gestora/diretor, Auxiliares de secretária, coordenadores pedagógicos, coordenadores pedagógicos de turno e supervisor de merenda. Foi entregue questionário ao secretário de Educação do município (2017/2018) levando em consideração que o mesmo participa diretamente nas ações e decisões da escola.

### **3. 2. PARTICIPANTES**

A pesquisa contou com participação dos gestores escolares da escola localizada no município de Cavalcante/GO e com participação especial do Secretário de Educação Municipal. Foram entregues 9 (nove) questionários nos quais 05 (cinco) sujeitos/gestores responderam a todas as perguntas e 4 (quatro) não devolveram o questionário respondido. Para os questionários respondidos 1 (um) se declara do sexo masculino e 4 (quatro) se declaram do sexo feminino. Todos os participantes têm acima de 18 (dezoito) anos e estão na faixa etária de 30 (trinta) a 50 (cinquenta) anos. Todos os participantes têm escolaridade de ensino médio, 04 (quatro) cursaram ensino superior onde (dois) graduação em licenciatura pedagogia e (01) Letras e (01) matemática e (01) somente conclui o ensino médio.

### **3.3. INSTRUMENTOS E MATERIAIS DE PESQUISA**

Para a construção dos dados optei pela aplicação do questionário aos participantes da gestão escolar da escola do município com foco na comparação de escola específica. O questionário foi aplicado a equipe gestora da escola e Secretário de educação onde todos os participantes ocupam cargos efetivos no município. Foram aplicadas perguntas objetivas. Os instrumentos utilizados nesta pesquisa foram: análise documental, aplicação de questionário. Cada funcionário participante recebeu todas as informações sobre o objetivo e a metodologia do estudo bem como o esclarecimento de possíveis dúvidas. Foi garantido a eles o direito de escolha e de livre e espontânea vontade de participarem do estudo e assegurados o sigilo e o anonimato referentes às informações

fornecidas. Também foi garantida a liberdade de desistirem da participação na pesquisa quando desejado.

### **3.4 PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS**

Para atingir os objetivos propostos na pesquisa o trabalho se dividiu em momentos.

No primeiro momento, foi feito levantamento de todo o acervo documental disponível na escola, levantamento de dados nos sites oficiais do governo federal, pesquisa bibliográfica de pesquisadores da referida problemática para melhor fundamentação nos referenciais teóricos.

No segundo momento o trabalho de campo se constituiu na aplicação do questionário com a finalidade de buscar dados para entender como a problemática é vista no ambiente escolar e se há ações e estratégias de inclusão na referida escola.

O questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc. Este instrumento irá obter questões fechadas levando em consideração a opinião de cada participante, através de pesquisa qualitativa.

A aplicação do questionário foi de forma direta individual com duas abordagens presenciais. O questionário foi aplicado somente a equipe de gestão escolar da escola localizada na cidade de Cavalcante e ao Secretário de Educação do município (2017/2018) por participar diretamente das ações na referida escola.

As questões foram dispostas nos dados de identificação dos entrevistados nas perguntas direcionadas as problemáticas da pesquisa e o objetivo do estudo, opiniões ou outras posições pessoais.

No terceiro momento a partir das informações colhidas através da aplicação do questionário e das referências bibliográficas e demais documentos pesquisados foi iniciado a construção da referida pesquisa e construção de dados.

### 3.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Primeiramente iniciei conversa informal com a diretora do município e com Secretário de educação sobre quais seriam suas visões em relação aos seus papéis na inclusão de alunos com necessidades especiais na unidade escolar?

Neste trecho o Secretário relata que a diminuição nos repasses escolares tem dificultado atender as necessidades básicas dos alunos considerados totalmente aptos, e a diretora complementa que fica difícil desenvolver quaisquer ações sem condições financeiras e sem capacitar os servidores de toda a unidade escolar.

Apesar do foco ser nas ações e estratégias desenvolvidas pela equipe gestora, observei também as instalações da escola. Nas observações é possível perceber que a escola mesmo com uma estrutura que pode ser melhorada, atende a normas básicas de atendimento a pessoas com necessidades físicas especiais.

O tema inclusão apesar de ser conhecido por toda a equipe escolar ainda se faz muito difícil na execução de ações visto que, mesmo garantido por lei as ações não acontecem de forma efetiva na escola.

Foi entregue a equipe gestora e Secretário Municipal de educação o questionário onde alguns se prontificaram a responder e outros não devolveram o questionário respondido apesar da insistência.

O questionário aplicado contou com perguntas objetivas a pedido dos entrevistados, porem informalmente pude comparar a opinião de dois sujeitos da equipe escolar onde os mesmos relatam suas opiniões.

A partir das observações e da aplicação do questionário, da coleta de dados documentais e bibliográficas é possível esclarecer e fundamentar a pesquisa.

A escola se mostrou totalmente acessível para observações em loco e na entrega dos documentos solicitados, porem a maior dificuldade foi na aplicação do questionário onde os sujeitos alegaram a falta de tempo por diversos motivos, ressaltado o número de pedidos feitos pela turma do Polo UaB/Ead de pedagogia que estão concluídos o curso no ano corrente.

#### **4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

O proposto nesta pesquisa foi investigar se há ações e estratégias dos gestores escolares no processo de inclusão educacional. Para se obter os resultados da pesquisa foram necessários pesquisar documentos e aplicar questionário específico.

O foco da pesquisa está voltado a equipe gestora, desta forma, conhecendo e entendendo o trabalho, foram questionados sobre quais ações e estratégias aplicadas pela gestores escolares para que seja assegurado o direito dos alunos com necessidades especiais?

A referida pesquisa se deu num período de setembro a novembro de 2018, nos quais iniciei o processo de investigação no mês de setembro.

Foram abordados, O papel da escola no processo inclusivo, o que diz a lei, os autores bibliográficos sobre a inclusão nas escolas, sobre a educação especial e inclusiva e na pesquisa quais os conceitos de gestão escolar e inclusão escolar conforme teóricos pesquisados.

Sendo assim, a inclusão sugere uma escola em movimento, em constante transformação e construção de enriquecimento pelas diferenças. Esse movimento implica mudanças de atitudes, modificação e adaptação do meio e, em nova organização da estrutura escolar. A inclusão está na “moda”, mas para que isso se realize de forma absoluta, é necessário a mudança de foco, que deixa de ser a deficiência e passa a centrar-se no aluno e no êxito do processo ensino aprendizagem, sendo que o meio seja adaptado às necessidades específicas de cada um. Por isso, todos, professores, funcionários, pais e a comunidade de forma geral precisam estar preparados para a inclusão e entender seu real significado.

Ou seja, a escola precisa se adaptar para respeitar e acolher às necessidades de todos os alunos. Para Agarez (2003), a escola resiste até hoje a inclusão, pois é incapaz de atuar diante da complexidade, da variedade, da diversidade, ou seja, da diferença existente entre os seres humanos. Para ela, as tarefas fundamentais para mudar a escola são: recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos; reorganizar pedagogicamente a escola, para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas por todos que nela atuam; garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um

ensino que não segrega e que reprova a repetência; formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor para que tenha condições e estímulos para ensinar a turma toda, sem exclusões ou exceções, além de orientação as famílias, entre outros.

Todas as respostas dadas visam responder de forma objetiva o objeto da pesquisa.

Vejamos os resultados do questionário:

QUESTIONÁRIO	RESPOSTA (S) SIM	RESPOSTA (S) NÃO
Pergunta nº 1	05	-
Pergunta nº 2	05	-
Pergunta nº 3	05	-
Pergunta nº 4	05	-
Pergunta nº 5	04	01
Pergunta nº 6	-	06
Pergunta nº 7	05	-
Pergunta nº 8	05	-
Pergunta nº 9	01	04
Pergunta nº 10	01	04

Todos os participantes responderam o questionário mediante termo de aceite conforme modelo (apêndice 2).

## PESQUISA

### Quais as ações da equipe gestora no processo de inclusão escolar?

1 – Na escola do município os alunos com leves comprometimentos físicos, mentais e os alunos com graves problemas de deficiência têm suas necessidades básicas atendidas?

Ações desenvolvidas na escola:

*O participante A entende que esta é uma questão que extrapola os limites da escola, pois conhecemos algumas famílias que escolhem não levar seus filhos deficientes à escola. O participante B que nossa escola não tem alunos com graves problemas de deficiência. Os participantes C, D e E não opinaram sobre questão.*



2 – Há preocupação dos gestores municipais com acesso a alunos com deficiência nos prédios escolares?

Ações desenvolvidas na escola:

*O participante A: As escolas do município na área urbana têm suas instalações adaptadas. Têm rampas de acesso, banheiro acessível, sala de recursos, barras de segurança e tudo que é recomendado. O participante B nossa escola é acessível, tem todas as adaptações recomendadas. Os participantes C, D e E não opinaram sobre questão.*

3 – Os professores aceitam em suas salas de aula alunos com deficiência mental, física, visual, pessoas com surdez, entre outras?

Ações desenvolvidas na escola:

*O participante A: Essa não é uma escolha em nosso município, todas as crianças com idade escolar são atendidas. O participante B: Sim, todas as crianças são aceitas, mas infelizmente nossa escola não tem profissionais capacitados, ou uma equipe multiprofissional para atendimento especializado. Fazemos o nosso melhor, mas sei que não suficiente. Os participantes C, D e E não opinaram sobre questão.*

4 – Existe aulas especiais para alunos com deficiência, no período oposto as aulas comuns?

Ações desenvolvidas na escola:

*O participante A: Em nosso município temos o contra turno, e todos os alunos que precisam de auxílio são atendidos. O participante B: Os alunos da inclusiva são atendidos no contra turno pela professora da sala de recursos. Os participantes C, D e E não opinaram sobre questão.*

5 – Alunos com necessidades especiais tem tratamento igual e em grupo dentro das atividades pedagógicas?

Ações desenvolvidas na escola:

*O participante A: Não, todos têm as mesmas oportunidades, mas não é possível tratar igual o que é diferente. O participante B: Sim, todos são tratados da mesma maneira em nossa escola. Os participantes C, D e E não opinaram sobre questão.*

6 – A Secretaria de Educação Municipal tem atualmente desenvolvido projetos relacionados à Inclusão no âmbito escolar.

Ações desenvolvidas na escola:

*O Participante A: Em nossa secretaria temos um efetivo muito reduzido e por isso não conseguimos desempenhar o nosso papel como gostaríamos na parte pedagógica. O Participante B: A secretaria de Educação nos ajuda muito com as questões estruturais, mas a parte pedagógica somos nós que fazemos. Os participantes C, D e E não opinaram sobre questão.*

7 – A escola aborda a questão da Inclusão dos alunos com necessidades especiais?

Ações desenvolvidas na escola:

*O Participante A: Sim, é uma temática que faz parte da rotina em nossas escolas. O Participante B: Sim, tratamos do tema com frequência, mas não temos projetos específicos para isso. Os participantes C, D e E não opinaram sobre questão.*

8 – A escola está se adaptando para receber alunos com necessidades físicas?

Ações desenvolvidas na escola:

*O Participante A: Sim, nossas escolas são adaptadas. Participantes B: Nossa escola já está adaptada. Os participantes C, D e E não opinaram sobre questão.*

9 – Os alunos sem deficiência alguma são preparados desde as fases iniciais para receber alunos com necessidades educacionais especiais no processo de inclusão?

Ações desenvolvidas na escola:

*O Participante A: Há a orientação a esse respeito, até porque faz parte das diretrizes escolares. Participante B: Orientamos uma conduta de respeito ao colega, mas não temos projetos específicos. Os participantes C, D e E não opinaram sobre questão.*

10 – A diretora da escola desenvolve ações de inclusão no âmbito escolar para funcionários e pais?

Ações desenvolvidas na escola:

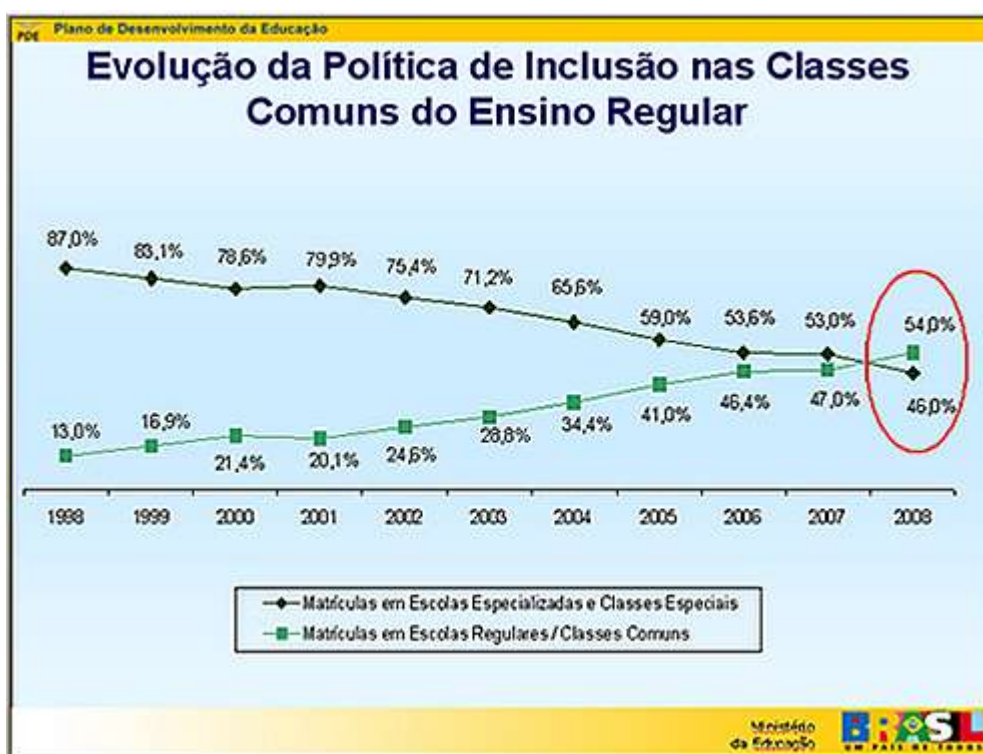
*O Participante A: Por falta de recursos só conseguimos fazer essa formação para os funcionários no início do ano letivo e não é possível abordar todas as questões. Com os pais ainda não fizemos. O Participante B: Não. Dificilmente fazemos capacitações para os funcionários em nossa escola, a maioria é para professores. E os*

*pais quase não aparecem, mesmo quando são chamados para festas ou entrega de notas. Os participantes C, D e E não opinaram sobre questão.*

Destarte os fatos apresentados foram encontrados várias dificuldades o que mostra uma situação que acontece não somente no município mais na maioria das escolas pois não conseguem aplicar com eficácia as políticas públicas criadas para inclusão dos alunos com necessidades especiais.

Em MEC (2008), foi lançada a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva e aprovada, por meio de emenda constitucional, a convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência. De acordo com a convenção, devem ser assegurados sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis. O Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, dispõe sobre o atendimento educacional especializado.

**Figura 1:** Fonte; Ministério da Educação (2008)



É preciso mais ações conjuntas pois muitos são os obstáculos, deve se ter a participação de todos envolvidos neste processo como família, governo, escola, e toda a sociedade em geral.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho mostra que há muitas informações sobre inclusão sendo divulgadas em nossa sociedade, inclusive na mídia impressa e televisionada, o governo anuncia suas ações a esse respeito, mas não ouvimos falar de um projeto específico de inclusão em nossa escola. E isso parece acarretar dificuldades como rigidez curricular, metodológica e avaliativa, bem como falta de esclarecimento sobre as necessidades educativas especiais. Observou-se também a necessidade de instrumentalização dos professores para o atendimento a esses alunos. Constatou-se que a concepção de aluno vigente na escola tende à homogeneização, o que é incompatível com a inclusão. Assim, ainda é creditada ao aluno com necessidades educativas especiais a responsabilidade por seu aprendizado nas classes regulares de ensino.

A prática da inclusão social se baseia em princípios diferentes do convencional: aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana, aprendizagem por meio da cooperação.

Sendo assim, a inclusão significa a modificação da sociedade como pré-requisito para as pessoas com necessidades especiais buscar seu desenvolvimento e exercer sua cidadania. Então, é preciso preparar a escola para incluir nela o aluno especial, e não o contrário. Educar crianças em segregadas salas de educação especial significa negar-lhes o acesso a formas ricas e estimulantes de socialização e aprendizagem que somente acontecem na sala de aula de ensino regular devido à diversidade presente neste ambiente.

A escola inclusiva é uma escola aberta para TODOS, ela acolhe as diferenças. É onde todos aprendem juntos, pois a aprendizagem é cooperativa e a família é parceira insubstituível no processo de ensino aprendizagem. É onde se trabalha a equidade nas relações interpessoais para que contribuam para a construção de uma sociedade justa e solidária, cujos valores são: aprendizado cooperativo, busca de

identidade, dignidade humana, exercício da cidadania, direito de pertencer e celebração das diferenças. (SASSAKI, 2004, p.14)

Todos os estudos explicitados neste trabalho mostram que a inclusão é possível e que através dela, os indivíduos identificados com necessidades especiais têm maiores chances de estabelecer significativos laços de amizade, de desenvolverem-se físico e cognitivamente e de serem membros ativos na construção do seu conhecimento. Portanto, para que a inclusão aconteça de forma efetiva ela deve acontecer em todos os âmbitos sociais. Todos devem participar do processo inclusivo: pais, professores, escola e comunidade, ou seja, toda a sociedade deve se conscientizar da importância e da necessidade do processo inclusivo em todas as dimensões e especialmente na educação, através do envolvimento de todas as autoridades e profissionais desta área através de ações da gestão escolar.

Todo o sistema educacional e seus profissionais devem ter conhecimento das características do processo inclusivo, suas possibilidades e suas dificuldades. Entretanto é muito importante também que a gestão escolar troque experiências entre as diversas escolas ou instituições que estejam engajadas no processo inclusivo, bem como ver a possibilidade de formação de grupos de estudos para obter uma visão mais ampla de todo o processo e de suas estratégias educacionais adequadas a cada realidade.

A gestão escolar tem papel fundamental no processo inclusivo, porém, para isso, deve ser dado instrumentos necessários para que possa ver a todos os alunos com um potencial ilimitado de aprender.

Entretanto, a escola precisa de uma gestão escolar efetiva e capacitada para criar ações e estratégias no processo escolar além de professores preparados, a escola precisa de apoio legal, que será o respaldo para esta linha de atuação, concretizando-se através de ações realizadas por meio de formulações legais. Esperamos que a escola regular, se adapte para responder às necessidades dos alunos, adequando currículos, materiais e equipamentos em sala de aula, promovendo mudanças nos ambientes físicos e sociais, revendo o papel dos gestores e reestruturando as atividades propostas.

Sala (2003), diz que a escola precisa trabalhar em parceria com profissionais da área de saúde e assistência social para ser bem-sucedida na interação escola-família-aluno(a). Conforme a autora só com o apoio desse tipo de equipe, poderemos ter a

elaboração e avaliação de um projeto específico para a inclusão, com adaptação curricular e a elaboração de programações para prevenção e o tratamento das dificuldades vivenciadas pelos alunos com necessidades educativas especiais.

Pela análise do questionário é possível perceber a importância do papel dos gestores diante da inclusão de alunos com necessidades escolares, pois cabe a gestão escolar garantir a acessibilidade a estes alunos assegurando aos alunos melhores condições físicas estruturais através de uma gestão democrática .

A segregação prejudica a todos, porque impede que as crianças das escolas regulares tenham oportunidades de conhecer a vida humana com todas as suas dimensões e desafios. Para que a escola seja verdadeiramente inclusiva é preciso que ela tenha um bom projeto pedagógico, que deve começar pela reflexão. De acordo com Mantoan (2005), um bom projeto deve valorizar a cultura, a história e as experiências anteriores da turma, segundo ela, as práticas pedagógicas também devem ser revistas. Os alunos, com necessidades especiais educativas ou não, precisam de liberdade para aprender do seu modo, de acordo com o seu tempo e suas condições. Além de um bom projeto pedagógico e de adaptações físicas, a escola precisa também oferecer atendimento educacional especializado paralelamente às aulas regulares, de preferência no mesmo local. Para que a inclusão produza bons resultados, é importante para o aluno com necessidades educativas especiais ter contato com o diferente, mas também é importante que ele tenha contato com seu igual.

Através de tal projeto, dificuldades podem ser abordadas como, por exemplo, a questão curricular. Um projeto de inclusão também integra as várias contribuições das diversas áreas de conhecimento presentes na escola por meio de seus profissionais, que poderiam, assim, trabalhar em busca de uma linha de ação comum. Além disso, aspectos como a prática pedagógica também podem ser abordados conjuntamente. A questão relaciona-se diretamente com a capacitação de professores e equipes pedagógicas, pois a elaboração do projeto de inclusão requer preparo por parte dos encarregados em elaborá-lo, a saber: a equipe de professores e técnicos da escola.

Pode-se concluir que a implementação da inclusão requer ações e estratégias efetivas da gestão escolar e o preparo das escolas e dos profissionais da educação para esta nova realidade. A conjuntura aponta a necessidade de o Estado comprometer-se

com a inclusão, pois cabe ao poder público oferecer as condições que permitam a instrumentalização das escolas e dos profissionais da educação.

Porém, a inclusão é muito mais que isto e deve ser abordada em todas suas perspectivas, não somente com as que têm relação com o sistema educacional, mas com a sociedade como um todo. Assim sendo, a inclusão requer uma reorganização da gestão escolar e do sistema de ensino, com o objetivo de fazer com que a escola se torne aberta às diferenças e apta a trabalhar com todas as pessoas, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais.

### **PARTE III – PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS FUTURAS**

Concluir o curso de pedagogia certamente dará a minha vida profissional um novo rumo, apesar de não poder dizer em nenhum momento que foi fácil, pois conciliar uma vida familiar uma carreira totalmente contrária do mundo que passei e ver nos ambientes escolares e conciliar este tempo a criar e educar meus dois filhos.

A longa duração do curso me fez viver muitas histórias e pensar até mesmo em desistir, pois ao longo deste ano perdemos e ganhamos muito, mudou totalmente minha rotina diária.

A graduação me fez pensar em novas possibilidades de estar tentando novos concursos públicos, ou quem sabe trabalhar a possibilidade de uma empresa de prestação de serviços de cursos para servidores públicos.

Após a conclusão continuarei com novos cursos que surgirão, agora pós-graduação que estiverem disponíveis no próximo semestre nos polos de Cavalcante ou Alto Paraíso.

Para o futuro as expectativas são as melhores afinal vivemos de esperança e a graduação nos proporciona pensar em voos mais altos.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais. Brasília, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), 1994.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB). Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, MEC/Secretaria da Educação Especial (SEESP), 2001.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2009

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

Gonçalves Daniela, Cláudia Azevedo ESE de Paula Frassinetti, O Valor e a Utilidade da Filosofia para Crianças.

LIBÂNEO, José Carlos, Tendências Pedagógicas na Prática Escolar. In: \_\_\_\_\_. Democratização da Escola Pública. São Paulo: Loyola, 1992. Cap. 1, p. 19-44.

LÜCK, Heloísa. Liderança em gestão - Propostas e experiências para o desenvolvimento da educação no Reino Unido. Gestão em Rede (Brasília), Curitiba, v. 53, p. 11-14, 2004.

<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/787/heloisa-luck-fala-sobre-os-desafios-da-lideranca-nas-escolas>

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LUCK, Heloísa (Org.). Gestão escolar e formação de gestores. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 1-195, fev./jun., 2000.

Projeto Político Pedagógico, Cavalcante, 2017/2018.

SAVIANI, D. As teorias da educação e o problema da marginalidade. In: \_\_\_\_\_. Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. p. 15-45.

## Apêndice 1.

### ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

Local e data:

Local utilizado para pesquisa:

Nome completo do entrevistado:

Data de nascimento:

Sexo:

Escolaridade

Endereço:

1-Na escola do município os alunos com leves comprometimentos físicos, mentais e os alunos com graves problemas de deficiência tem suas necessidades básicas atendidas?

☐ **sim**                      ☐ **não**

2- Há preocupação dos gestores municipais com acesso a alunos com deficiência nos prédios escolares?

☐ **sim**                      ☐ **não**

3- Os professores aceitam em suas salas de aulas alunos com deficiência mental, física, visual, pessoas com surdez, entre outros?

☐ **sim**                      ☐ **não**

4- Existe aulas especiais para alunos com deficiência, no período oposto a aulas comum?

☐ **sim**                      ☐ **não**

5- Alunos com necessidades especiais tem tratamento igual e em grupo dentro das atividades pedagógicas?

☐ **sim**                      ☐ **não**

6-A Secretaria de Educação Municipal tem atualmente desenvolvido projetos relacionados à Inclusão no âmbito escolar?

☐ **sim**                      ☐ **não**

7- A escola aborda a questão da Inclusão dos alunos com necessidades especiais ?

☐ **sim**                      ☐ **não**

8-A escola está se adaptando para receber alunos com necessidades físicas?

☐ **sim**                      ☐ **não**

9-Os alunos sem deficiência são preparados desde as fases iniciais para receber alunos com necessidades físicas especiais no processo de inclusão?

☐ **sim**                      ☐ **não**

10- O diretor do município desenvolve ações de inclusão no âmbito escolar para funcionários e pais?

☐ **sim**                      ☐ **não**

## APENDICE 2



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE  
CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA  
COMPONENTE CURRICULAR: PROJETO V

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Responsável pelo projeto:** \_\_\_\_\_ **INSERIR O NOME DO(A) ALUNO(A)** **Matrícula**

\_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, abaixo assinado, declaro que fui informado(a), de forma clara e objetiva, acerca da pesquisa do(a) aluno(a) \_\_\_\_\_, que tem por objetivo \_\_\_\_\_ (INSERIR OBJETIVODA PESQUISA).

Estou ciente de que não é obrigatória a minha participação nesse estudo, caso me sinta constrangido(a), antes ou durante a realização do trabalho, e de que os materiais utilizados para a coleta das informações serão destruídos após o registro dos dados.

Declaro que tenho ciência de que o(a) aluno(a) manterá em caráter confidencial todas as respostas que comprometam a minha privacidade e que tenho conhecimento de que, caso solicite, receberei informações atualizadas durante o estudo, ainda que isto possa afetar a minha vontade de continuar dele participando.

Declaro, ainda, que me foi esclarecido que essas informações poderão ser obtidas por intermédio do(a) aluno(a) \_\_\_\_\_ (inserir o email do aluno) e que o resultado da pesquisa somente será divulgado com objetivo científico-acadêmico, mantendo-se em sigilo a minha identidade e, se for o caso, meu vínculo institucional.

Por fim, afirmo estar ciente de que a minha participação nesse estudo é voluntária e que poderei desistir a qualquer momento, não havendo previsão de gastos ou remuneração. E por estar de pleno acordo com os termos ajustados e mencionados neste documento, assinamos o presente instrumento em duas (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Local e data

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Interlocutor(a) da pesquisa**

**Nome do(a) aluno(a)**

Responsável pela pesq